



BGG

**BOLETIM DE GOVERNANÇA E GESTÃO
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS**

**18ª EDIÇÃO
DEZEMBRO DE 2023**



COMPOSIÇÃO 2023

Conselheiros

Saulo Mesquita - *Presidente*
Helder Valin - *Vice-Presidente*
Sebastião Tejota - *Corregedor-Geral*
Edson Ferrari - *Diretor-Geral da Escola Superior de Controle Externo*
Kennedy Trindade - *Ouvidor*
Carla Santillo - *Presidente da Primeira Câmara*
Celmar Rech - *Presidente da Segunda Câmara*

Conselheiros Substitutos

Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho
Flávio Rodrigues
Cláudio André Abreu Costa
Marcos Antônio Borges
Humberto Bosco Lustosa Barreira
Henrique Veras

Ministério Público de Contas junto ao TCE-GO

Carlos Gustavo Silva Rodrigues- Procurador-Geral
Fernando dos Santos Carneiro
Eduardo Luz Gonçalves
Maísa de Castro Sousa
Silvestre Gomes dos Santos



DIREÇÃO E COORDENAÇÃO

Chefe de Gabinete da Presidência

Nádia Rezende Faria

Secretaria de Controle Externo

Sérvio Túlio Teixeira e Silva

Secretaria Administrativa

Cássio Resende de Assis Brito

Secretaria-Geral

Ana Paula de Araújo Rocha

Diretoria de Comunicação

Heloísa Rodrigues de Lima

Diretoria de Controle Interno

Lana Menezes de Castro

Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão

Vera Nubia Zandonadi Gomes

Diretoria Jurídica

Bruno Carneiro Leão Oliveira

Diretoria de Tecnologia Da Informação

Licardino Siqueira Pires

Assessoria de Segurança Institucional

Coronel Anderson Efigênio de Almeida

Assessoria Superior ao Ouvidor

Marcus Vinícius do Amaral

Coordenação da Escola Superior de Controle Externo

Jaqueline Gonçalves Nascimento



REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Missão

“Exercer o Controle Externo contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão das políticas e dos recursos públicos, em prol da sociedade”

Visão

“Ser uma instituição essencial e de excelência no exercício do Controle Externo”

Valores

Nossos valores modelam nossas atitudes, potencializando resultados e assegurando a essencialidade da instituição.

- Ética
- Integridade
- Responsabilidade junto à sociedade
- Compromisso Social
- Impessoalidade
- Transparência
- Imparcialidade
- Inovação
- Independência

Política do Sistema de Gestão Integrado

O TCE-GO, na busca do aperfeiçoamento do controle externo e com objetivo de contribuir para a gestão das políticas e dos recursos públicos, em benefício da sociedade, compromete-se com:

- I.** atendimento aos requisitos legais aplicáveis e outros subscritos pela organização;
- II.** atuação com base em prevenção de riscos e maximização de oportunidades;
- III.** melhoria contínua desencadeada pelo planejamento estratégico e execução das iniciativas de melhoria;
- IV.** controle de processos de trabalho, produtos e serviços;
- V.** desenvolvimento de serviços e colaboradores, garantindo a devida conscientização ambiental e em segurança da informação;
- VI.** a proteção do meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição, o controle de resíduos, com foco no aumento do desempenho ambiental, representado pela utilização de recursos sustentáveis;
- VII.** disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações que trafegam na instituição;
- VIII.** prestação de contas com foco nas necessidades e expectativas das partes interessadas.

APRESENTAÇÃO

Esta é a décima oitava edição do Boletim de Governança e Gestão (BGG), instrumento de prestação de contas trimestral produzido pela Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão (DI-PLAN). Seu objetivo é a apresentação de conteúdo gerencial sobre o TCE-GO, de modo a gerar maior disseminação de informações e ampliar a participação de membros, servidores, gestores e sociedade na vida organizacional desta Corte de Contas.

SEÇÃO 1

RESULTADOS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023

16%

44%

78%

33%

37,71
+3,94%

560,30
-0,18%

35.294,76
+1,09%

37,71
+3,94%

560,30
-0,18%

35.294,76
+1,09%



As ações de controle externo eletivas do TCE-GO são direcionadas pelo seu Plano de Fiscalização, que tem periodicidade bienal. O [Plano de Fiscalização 2023-2024](#), aprovado pela Resolução nº 2/2023, possui 35 Linhas de Ação de Controle Externo (LACEs), relacionadas com dez marcadores temáticos. Abaixo, as fiscalizações decorrentes do Plano para fins de prestação de contas, relacionadas por relatoria, temas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU):

Fiscalizações por relatoria

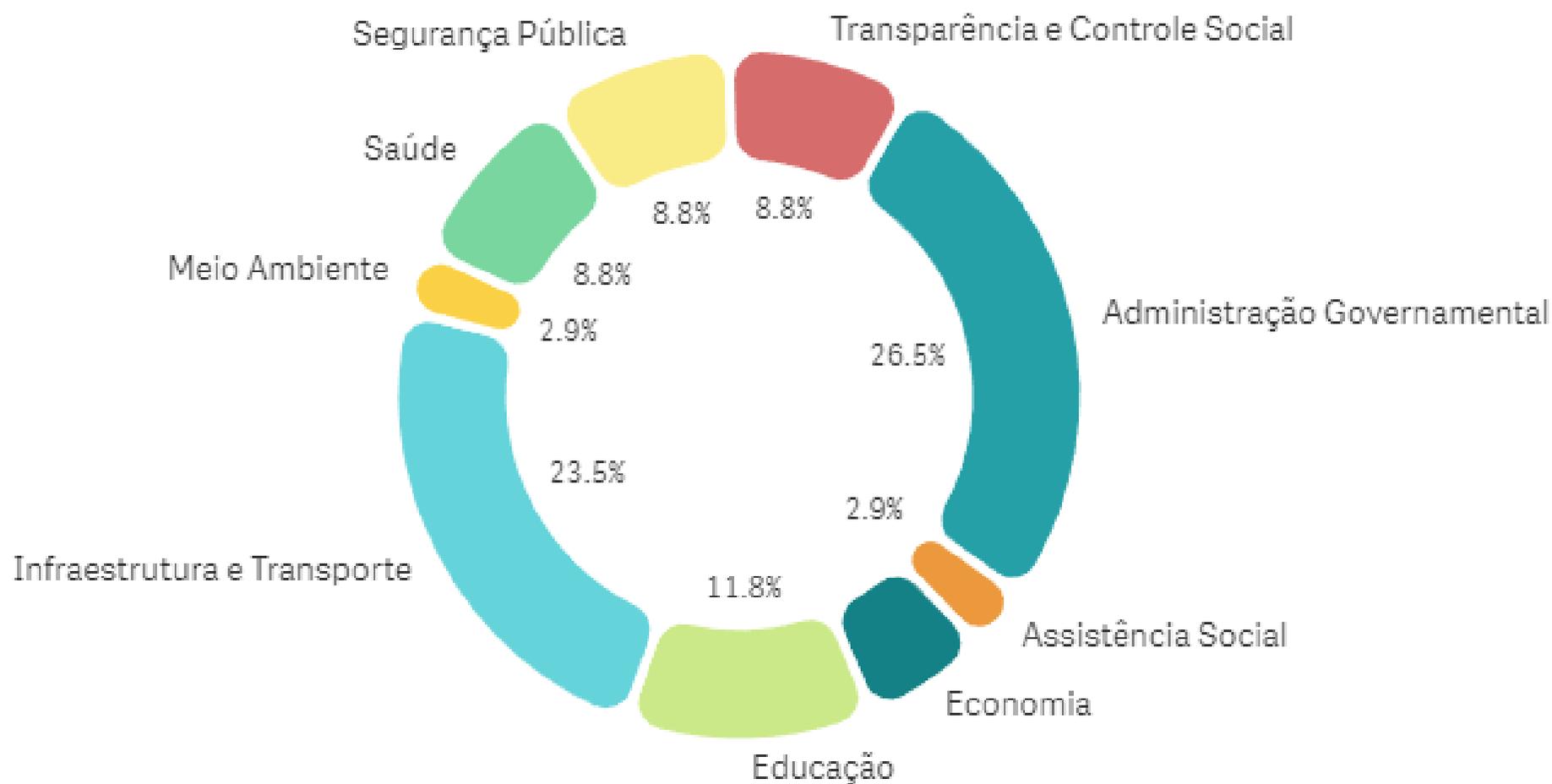
Acompanhe as fiscalizações do TCE-GO agrupadas por Conselheiro Relator e situação.

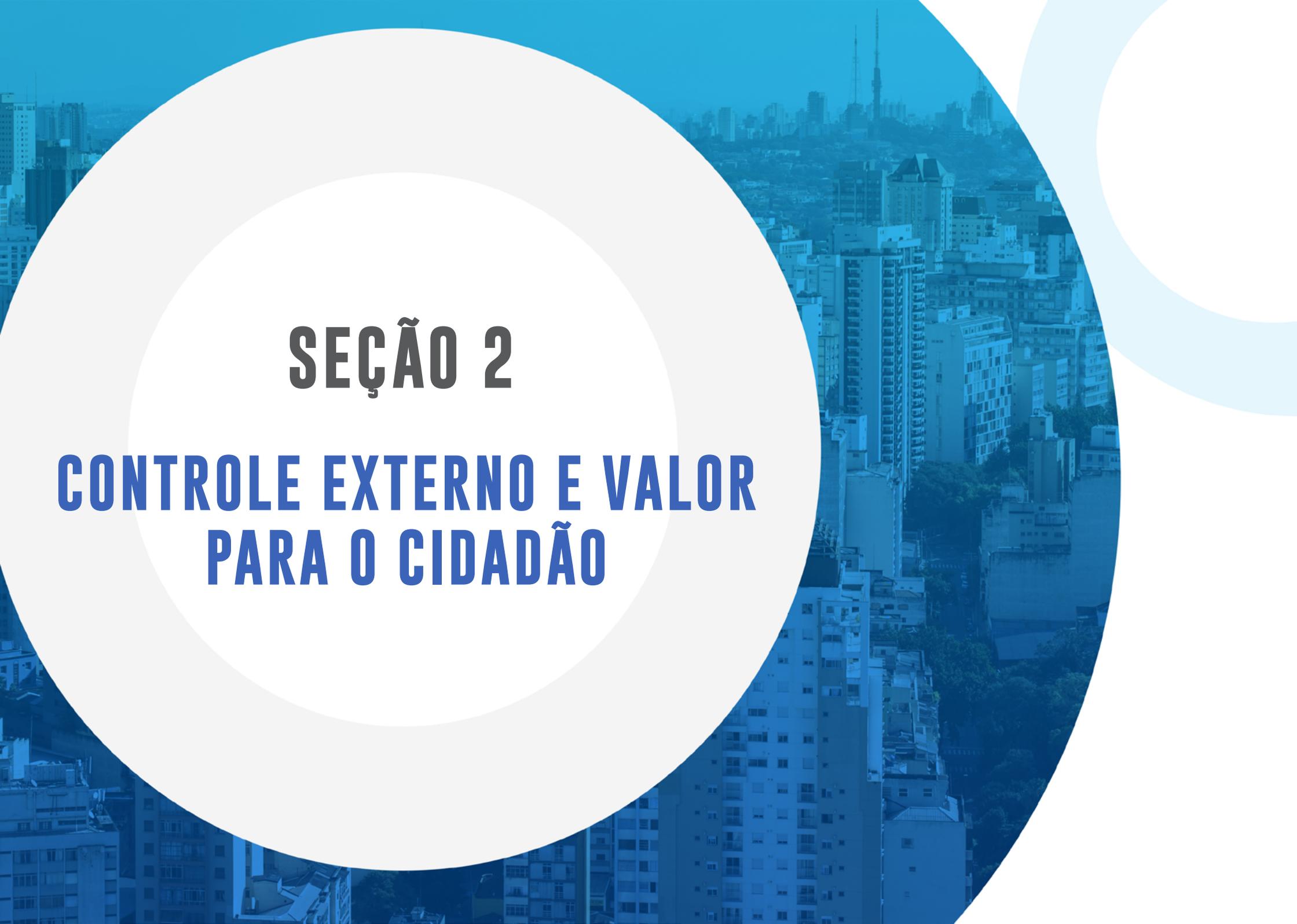


Kennedy Trindade					Edson Ferrari			Celmar Rech		
Acompanhamento para fiscalizar a execução do Plano de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás - RRF. Situação: Concluído	Auditoria Operacional para verificar e avaliar a gestão e a regularidade dos Termos de Acordo de Regime Especial - TARE's. Situação: Concluído	Levantamento com o objetivo de conhecer como a SEDUC está estruturada para acompanhar, controlar e fiscalizar as contratações realizadas no âmbito do Programa REFORMAR III. Situação: Em andamento	Levantamento com o objetivo de conhecer o universo de obras paralisadas ou inacabadas existentes em Goiás que detêm recursos financeiros oriundos do Estado. Situação: Concluído	Levantamento para fiscalizar a estrutura e situação do Controle Interno nas licitações, nos contratos de obras e serviços de engenharia no Estado. Situação: Concluído	Auditoria de Conformidade para avaliar a composição dos Conselhos de Administração, Diretorias e Conselhos Fiscais das Empresas Estatais do Estado de Goiás, especialmente no que diz respeito ao atendimento aos requisitos legais e vedações insculpidos na Lei 13.383/16 e no Decreto estadual nº 9.487/19. Situação: Em andamento	Auditoria Operacional com o objetivo de avaliar os instrumentos de controle, avaliação e monitoramento dos contratos de gestão mantidos pela SFS-GO com as organizações Sociais de Saúde.. Situação: Em andamento	Levantamento com o objetivo de medir a maturidade e gestão nas organizações de segurança pública do Estado de Goiás. Situação: Concluído	Auditoria Operacional para avaliar os aspectos voltados à oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Situação: Concluído	Auditoria Operacional para avaliar a eficiência da Ação 2146 do PPA 2019-2023 referente ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário. Situação: Concluído	Levantamento com o objetivo de identificar possíveis objetos de fiscalização a partir do universo de obras rodoviárias em andamento. Situação: Em andamento
Auditoria Operacional para avaliar o sistema de regulação dos serviços de saúde públicos, ambulatorial e hospitalar no Estado de Goiás. Situação: Concluído	Inspeção com o objetivo de verificar a legalidade, legitimidade e economicidade das alterações ocorridas no Contrato nº 30/2021 - DGAP, mediante supressões e acréscimos de itens contratados, por meio de seus termos aditivos.. Situação: Em andamento	Levantamento com o objetivo de conhecer o processo de decisão e destinação dos recursos do FUNDEFINRA. Situação: Em andamento			Auditoria de Conformidade para avaliar a gestão dos convênios celebrados com as prefeituras. Situação: Concluído					
					Auditoria de Conformidade para verificar indícios de irregularidades na folha de pagamento de órgãos estaduais. Situação: Concluído	Monitoramento para verificar o atendimento das recomendações exaradas pelo Acórdão nº 1573/2018. Situação: Concluído				Levantamento para verificar as condições de oferta educacionais na rede estadual de ensino. Situação: Concluído
Sebastião Tejota					Carla Santillo			Helder Vallin		
Acompanhamento para compreender e avaliar a elaboração do PPA 2024-2027. Situação: Concluído	Inspeção com o objetivo de avaliar a qualidade e a quantidade dos serviços de pavimentação asfáltica executados no Aeroporto Público de Catalão.. Situação: Em andamento	Inspeção com o objetivo de verificar possíveis irregularidades na execução de obra de quadra poliesportiva. Situação: Concluído	Monitoramento com o objetivo de avaliar o grau de implementação dos itens decisórios constantes do Acórdão nº 1998/2017. Situação: Em andamento	Monitoramento para verificar o cumprimento dos itens decisórios constantes do Acórdão nº 1998/2017. Situação: Concluído	Auditoria de Conformidade com o objetivo de avaliar a conformidade da execução do Convênio nº 01/2021 firmado entre a Secretaria de Estado da Retomada com a Fundação Rádio e Televisão Educativa (RTVE). Situação: Em andamento	Levantamento com o objetivo de identificar o nível de maturidade e efetividade da gestão do Estado de Goiás - IFRG-GO. Situação: Em andamento	Monitoramento para verificar o cumprimento do item decisório "II" do Acórdão nº 1433/2023, concernente a implantação do Sistema de Gestão de Pavimento - SGP, objeto do Contrato nº 105/2021-GOINFR-A (processo SEI nº 2020003601350-9). Situação: Em andamento	Acompanhamento para fiscalizar a execução das despesas com pessoal. Situação: Em andamento		Levantamento com o objetivo de avaliar a estrutura de controle interno implantada nos Poderes e órgãos autônomos do estado de Goiás.. Situação: Em andamento
Acompanhamento para fiscalizar a construção da unidade de atendimento infanto-juvenil do Centro Oncológico de Referência do Estado de Goiás - CORA. Situação: Em andamento	Inspeção com o objetivo de verificar a quantidade e qualidade dos serviços executados de revestimento asfáltico da rodovia GO 174, trecho: Diorama/ Montes Claros.. Situação: Concluído	Inspeção para fiscalizar os contratos gerados pelo Pregão Eletrônico nº 03/2020 - 05 lotes - (processo SEI nº 20200036092363), que se referem a execução dos serviços de sinalização horizontal, sinalização vertical e dispositivos auxiliares de percurso, em rodovias estaduais. Situação: Concluído			Auditoria Financeira a fim de assegurar se a informação financeira do órgão jurisdicionado é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e com o marco regulatório aplicável, livres de distorções relevantes devido à fraude ou a erro.. Situação: Em andamento	Levantamento para avaliar os Portais de Transparência do Poder Executivo Estadual, demais Poderes Estaduais (Legislativo e Judiciário) e Órgãos autônomos (Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios, Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Assembleia Legislativa e Defensoria Pública Estadual).. Situação: Concluído				Inspeção para avaliar o estado atual de trafegabilidade em trechos rodoviários pavimentados. Situação: Concluído

Fiscalizações por marcadores temáticos

Acompanhe as fiscalizações do TCE-GO agrupadas por marcador temático.



The background is a blue-tinted aerial photograph of a city with many high-rise buildings. A large white circle is centered on the page, containing the text. A smaller white circle is nested inside the larger one, creating a ring effect.

SEÇÃO 2

CONTROLE EXTERNO E VALOR PARA O CIDADÃO

Primeira Infância

Conselheiro propõe setor executivo para o Comitê Goiano pela Primeira Infância. Foi proposta pelo Conselheiro Edson Ferrari a criação de uma governança colaborativa em que todos os órgãos participantes tenham uma função ou se alternem para que sejam alcançados resultados mais efetivos e tempestivos

Prioridade à primeira infância e deficiência na formação de professores à distância foram destaques em reunião do Gaepe-GO. O tema do encontro, que contou com autoridades estaduais e municipais, tratou de questões estruturantes da educação infantil e alfabetização.

Diagnóstico do Gaepe-GO aponta déficit de creches em Goiás. Durante a 1ª Reunião Presencial do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (Gaepe-GO), no Auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), foram divulgadas várias pesquisas. Os números mostraram que o atendimento em creches privilegia crianças maiores, embora os municípios declarem atender os pequenos a partir de 6 meses. Isso provoca fila maior para a faixa etária de até 2 anos, seguido de quem tem até 4 anos de idade.

TCs apresentam boas práticas em reunião do Comitê Técnico da Primeira Infância. Representantes de 16 tribunais de contas brasileiros apresentaram as boas

práticas em favor da garantia de direitos de crianças de 0 a 6 anos durante reunião do Comitê Técnico da Primeira Infância (CTPI) do Instituto Rui Barbosa (IRB). O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) Edson Ferrari preside o comitê e coordenou os trabalhos.

Comitê Goiano aprova plano de comunicação social para primeira infância. O plano de comunicação social do Comitê Goiano do Pacto Nacional pela Primeira Infância foi aprovado. Sob a coordenação da juíza auxiliar da Presidência do TJ-GO, Lídia Assis Souza, o Comitê também deliberou sobre a composição de uma comissão que vai avaliar os trabalhos desenvolvidos pelos municípios que concorrem ao Prêmio Pacto Nacional pela Primeira Infância.

TCE-GO vai receber declarações de renda em sistema eletrônico

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou a **Resolução Normativa nº 9/2023, alterando a forma de recebimento das Declarações de Bens e Rendas (DBRs)** dos agentes públicos estaduais. O envio passa a ser eletrônico, em sistema a ser disponibilizado no site do TCE-GO, e será obrigatório a partir do ano de 2024 (ano- calendário 2023).

SES deve apurar falhas em chamamento de OS de Hospital do Centro-Norte goiano

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) determinou que a Secretaria de Estado da Saúde (SES) inicie um processo administrativo para investigar as falhas ocorridas durante os procedimentos de habilitação, relacionado à gestão do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN). A decisão está contida no Acórdão nº 2778/2023, do TCE-GO, relatado pelo conselheiro Sebastião Tejota.

Auditoria do TCE-GO propõe melhorias no sistema de regulação de saúde do Estado

Auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) resultou em 25 recomendações para a Secretaria de Estado da Saúde (SES). No relatório de auditoria, a equipe técnica do Tribunal considerou a estrutura física inadequada e o número de servidores insuficientes para o desempenho das atividades de regulação. Verificou também que não há política de segurança da informação que defina e padronize os controles de acesso dos usuários dos sistemas informatizados do Complexo Regulador.

Inexigibilidade de licitação promovida pela Goiás Turismo foi considerada ilegal pelo TCE-GO

A Inexigibilidade de Licitação nº 4/2021, promovida pela Agência Estadual de Turismo de Goiás (Goiás Turismo), foi considerada ilegal pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). A relatora determinou à Goiás Turismo que se abstenha de contratar de forma direta, por inexigibilidade de licitação, serviços que tenham natureza de publicidade, por vedação legal. Estabelece que nos casos em que haja a necessidade de realizar ações de turismo que configurem publicidade e propaganda, incluindo-se as ações de marketing digital ou de influência, realize a ação por intermédio de agência publicitária contratada pela Secretaria de Comunicação (Secom), pasta responsável pela coordenação de tais ações.

Representação feita ao TCE-GO é parcialmente procedente

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás [julgou parcialmente procedente](#) a representação formulada pela empresa IS Brasil Instalações Sustentáveis quanto aos editais de Tomada de Preço nº 01 a 51/2022 pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc). A relatora determinou que a Seduc assegure na fase interna de suas contratações de obras e serviços de engenharia a presença de documento de aprovação dos projetos ou termo de referência para dar continuidade ao procedimento.

TCE-GO propõe melhorias para o Plano Plurianual

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) expediu uma série de recomendações ao Governo do Estado e à Secretaria da Economia no sentido de [aprimorar a elaboração do Plano Plurianual \(PPA\) 2024-2027](#). As propostas do TCE-GO foram elaboradas após a realização de um acompanhamento, com objetivo de compreender a elaboração do PPA, avaliando a forma como são definidas as prioridades governamentais em atenção à sua finalidade constitucional.

SEÇÃO 3
GOVERNANÇA E GESTÃO
NO TCE-GO



Resolução faz adequações na adoção das NBasp pelo TCE-GO

O Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), aprovou, por unanimidade, resolução normativa que faz adequações na adoção das [Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público \(NBasp\)](#) em suas atividades de controle. A nova resolução registra que os princípios fundamentais da NBasp 100 devem ser observados na condução de todas as ações de controle, especialmente nas atividades de fiscalização: levantamentos, auditorias, inspeções, acompanhamentos, monitoramentos, relatórios resumidos de execução orçamentária, relatórios de execução fiscal, além daquelas que posteriormente advierem.

TCE-GO aprova nova versão de manual de segurança da informação

A segunda versão do [Manual de Segurança da Informação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás \(TCE-GO\)](#) foi aprovada, por meio da Portaria nº 954/2023 da Presidência do órgão. O manual traz as diretrizes, responsabilidades e normas específicas de segurança da informação.

TCE-GO mantém certificações ISO

Após passar pela auditoria do [Instituto de Certificação Qualidade Brasil \(ICQ\)](#), o tribunal manteve as certificações ISO, incluindo as certificações ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015 que tratam, respectivamente, da gestão da qualidade e da gestão ambiental.

NBasps 200 e 2000 sobre auditoria financeira do setor público são publicadas pelo IRB

As [Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público \(NBasp\) 200 e 2000](#), foram publicadas em evento realizado durante a programação das ações comemorativas aos 50 anos do Instituto Rui Barbosa (IRB), integrando as atividades do 3º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas.

Gestores do TCE-GO prestam contas das iniciativas dos planos diretores

Secretários e diretores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) participaram da [5ª Reunião de Avaliação da Estratégia \(RAE\)](#). Durante o encontro, os gestores apresentaram uma breve prestação de contas das atividades realizadas em 2023, destacando as iniciativas constantes em seus planos diretores. O encontro contou com a participação do presidente, conselheiro Saulo Mesquita.

Ouvidoria do TCE-GO tem nova regulamentação

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás teve sua regulamentação redefinida por meio da [Resolução Normativa nº 18/2023](#). Trata-se de um canal de interação entre o TCE-GO e a sociedade, com o objetivo de contribuir para a melhoria contínua da gestão do Tribunal de Contas e dos órgãos e entidades por ele fiscalizados.

SEÇÃO 4

CONTEXTO E O SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO



Ouvidoria da Mulher é destaque em abertura do Seminário Goiano de Ouvidorias

Inaugurada no ano passado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), a Ouvidoria da Mulher foi apresentada ao público presente [no 7º Seminário Goiano de Ouvidorias](#), realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). A Ouvidoria da Mulher do TJ-GO foi criada com o objetivo de receber informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre a tramitação de procedimentos judiciais relativos à violência contra a mulher, além de informar às vítimas de violência os direitos a elas conferidos pela legislação e encaminhar às autoridades competentes demandas relacionadas a procedimentos judiciais referentes a atos de violência de gênero.

Boas práticas destacadas na abertura de congresso dos tribunais de contas

[Inovação, tecnologia, gestão, educação, governança, engajamento](#), entre outros temas relevantes para os tribunais de contas brasileiros foram destaques na palestra de abertura do Encontro com o Futuro, iniciativa que marcou o começo das atividades do 3º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (3º CITC). O “Encontro com o Futuro” teve como tema central a “Inteligência artificial e os tribunais de contas”.

Atricon divulga indicadores do MMD-TC para o ciclo de 2024

Os indicadores que farão parte da avaliação do ciclo de 2024 do projeto [Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas \(MMD-TC\)](#), promovido pela Atricon, estão disponíveis para acesso. A divulgação antecipada dos indicadores é uma novidade para o ciclo de 2024 e permite a implementação de melhorias pelos tribunais de contas com maior antecedência. Promovido pela Atricon, o MMD-TC é o principal instrumento de avaliação dos tribunais de contas.

TCE-GO é o 2º melhor do país em ranking de transparência ativa dos tribunais de contas

[O Tribunal de Contas do Estado de Goiás \(TCE-GO\)](#) foi avaliado como o segundo melhor tribunal de contas brasileiro na categoria Transparência Ativa em análise promovida pelo projeto Observa TC, composto pelos observatórios sociais do Brasil, de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo. A corte goiana foi superada apenas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no ranking que avaliou os 33 órgãos de controle externo do país.

Superintendência de Contabilidade do Estado compartilha premiação da STN

O superintendente-geral de Contabilidade da Secretaria de Estado da Economia, Ricardo Borges de Rezende, entregou à Gerência de Contabilidade, Orçamento e Finanças do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) uma cópia do certificado de premiação obtida [no 1º Prêmio de Qualidade e Informação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro \(Siconfi\)](#). Goiás ficou em primeiro lugar na categoria Maior Desempenho entre os Estados.

Atricon recomenda que TCs adotem linguagem simples e direito visual

A [Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil \(Atricon\)](#) publicou a Nota Recomendatória nº 4/2023, por meio da qual recomenda aos tribunais de contas brasileiros que adotem a linguagem simples e o direito visual, tanto em peças técnicas, como relatórios de auditoria, pareceres e decisões, quanto na própria comunicação institucional das cortes. A nota leva em consideração medidas como a Lei Federal nº 13.460/17, que estabelece a utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas,

jargões e estrangeirismos, e a Recomendação 144 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomendou que a linguagem simples deve prevalecer em todos os atos administrativos e judiciais expedidos pelos juízos, tribunais e conselhos, com exceção do Supremo Tribunal Federal (STF).

Levantamento mostra transparência dos portais brasileiros

O índice de transparência dos portais públicos em [Goiás é o sexto melhor em todo o país](#). O dado consta em pesquisa aplicada pelos 33 tribunais de contas brasileiros, cujos resultados foram apresentados, em Brasília, durante o Seminário “Transparência em foco”. O índice geral goiano ficou em 69,26% contra a média brasileira de 57,92%. Foram analisados 8.045 portais de todo o país, em trabalho coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em conjunto com os Tribunais de Contas da União (TCU) e do Estado do Mato Grosso (TCE-MT).

Fórum de combate à corrupção se reúne no TCE-GO

O [Fórum Permanente de Combate à Corrupção no Estado de Goiás \(Focco-GO\)](#) se reuniu no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Na oportunidade, foram apresentados os sistemas de controle em relação às organizações sociais (OS) pela Secretaria de Estado da Saúde (SES). Também foi discutida a minuta de um projeto de lei que visa alterar a Lei nº 21.740/22, que disciplina o regime jurídico das OS da saúde em Goiás.

TCE-GO vai criar sistema de prevenção e combate ao assédio e à discriminação

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) vai desenvolver [um Sistema de Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação](#). Nesse sentido, foi instituída uma comissão de servidores para propor edição ou alteração de normativas internas e outras ações para o desenvolvimento desse programa.

Entidades dos TCs elegeram novas diretorias

As entidades que congregam os tribunais de contas brasileiros tiveram [eleições para renovação](#) de suas

diretorias durante o 3º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC). Os mandatos referem-se ao biênio 2024-2025. A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) será presidida pelo conselheiro Edilson de Sousa Silva, do TCE de Rondônia, enquanto que para o Instituto Rui Barbosa (IRB) foi reeleito o atual presidente, conselheiro Edilberto Pontes, do TCE-CE. Na Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon) foi eleita a conselheira substituta Milene Dias Cunhas (TCE-PA), e, na Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Thiers Montebello (TCM-RJ).

PL que altera Lei de Licitações é protocolado com contribuição da Atricon

Foi protocolado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 5773/2023, que altera a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, também conhecida como [Nova Lei de Licitações e Contratos \(NLLC\)](#), incluindo o parágrafo 5º ao artigo 174 da legislação. A proposta define que a base nacional de notas fiscais eletrônicas conterá as próprias notas fiscais e os documentos auxiliares destinados a órgão ou entidade da Administração Pública, que serão de livre consulta pública, sem constituir violação de sigilo fiscal, propiciando maior transparência pública.

CONFIRA O RELATO DOS RESPONSÁVEIS POR INICIATIVAS DE MELHORIA NO 3º Trimestre de 2023
CLICANDO NAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS ABAIXO

[92 Iniciativas abertas](#) | [79 iniciativas fechadas](#) | [05 Iniciativas paralisadas/canceladas](#)

ASSESSORIA MILITAR

01 Iniciativa aberta, 03 fechadas, 0 paralisada/cancelada

DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

02 Iniciativas abertas, 0 fechadas, 0 paralisada/cancelada

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

06 Iniciativas abertas, 09 fechadas, 05 paralisadas/
canceladas

DIRETORIA JURÍDICA

03 Iniciativas abertas, 0 fechada, 0 paralisada/cancelada

DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO

10 Iniciativas abertas, 08 fechadas, 0 paralisada/cancelada

ESCOLA SUPERIOR DE CONTROLE EXTERNO AÉLSON NASCIMENTO

08 Iniciativas abertas, 0 fechada, 0 paralisada/cancelada

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

14 Iniciativas abertas, 29 fechadas, 0 paralisada/cancelada

OUIDORIA

04 Iniciativas abertas, 02 fechadas, 0 paralisada/cancelada

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

12 Iniciativas abertas, 18 fechadas, 0 paralisada/cancelada

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

16 Iniciativas Abertas, 06 fechadas, 0 paralisada/cancelada

SECRETARIA GERAL

16 Iniciativas Abertas, 04 fechadas, 0 paralisada/cancelada

The background is a vibrant purple color. It features several overlapping gears of various sizes and a glowing lightbulb, all rendered in a lighter shade of purple. The lightbulb is positioned in the lower right quadrant, and the gears are scattered throughout the scene, creating a sense of mechanical complexity and innovation.

SEÇÃO 5

PRINCIPAIS NORMATIVOS

Esta seção tem o propósito de destacar os atos normativos com maior relevância publicados pelo TCE-GO, no período de outubro a dezembro de 2023, como meio de facilitar o acompanhamento e compreensão das ações e atividades do Tribunal.

Tipo de normativo	Número /Ano	Ementa	Data de Publicação
PORTARIA	3/2023	Divulgar o Plano Anual de Correição e Inspeção para o ano de 2024.	20/12/2023
PORTARIA	999/2023	Institui Comissão para realização de concurso público no âmbito desta Corte de Contas.	19/12/2023
PORTARIA	1009/2023	Fixa valor da Gratificação de Desempenho, relativo ao ciclo de 2023, em 10% (dez por cento) do vencimento inicial do cargo de Analista de Controle Externo.	19/12/2023
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	18/2023	Regulamenta a Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos do art. 16-B, da Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007.	19/12/2023
PORTARIA	990/2023	Fixa o valor da bolsa de estágio de estudantes nos ensinos médio e superior no âmbito do Tribunal de Contas.	14/12/2023
PORTARIA	975/2023	Aprova os Termos de Uso da Intranet do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.	07/12/2023
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA	15/2023	Altera a Resolução Administrativa nº 19/2022. Institui o Serviço de Fiscalização de Atos de Pessoal - I e o Serviço de Fiscalização de Atos de Pessoal - II na estrutura organizacional da Secretaria de Controle Externo.	05/12/2023
RESOLUÇÃO NORMATIVA	10/2023	Dispõe sobre adoção das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público, emitidas pelo Instituto Rui Barbosa, no âmbito das atividades de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.	28/11/2023



Tipo de normativo	Número /Ano	Ementa	Data de Publicação
PORTARIA	901/2023	Institui Comissão para desenvolver “Sistema de Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação” no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.	20/11/2023
PORTARIA	12/2023	Institui a escala de revezamento mensal de participação dos membros do Ministério Público de Contas em sessões das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE-GO, para o exercício de 2024.	13/11/2023
PORTARIA	880/2023	Institui o sistema de plantão dos membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.	10/11/2023
PORTARIA	854/2023	Institui Comissão de Ética dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.	31/10/2023
PORTARIA	10/2023	Dispõe sobre a distribuição de processos aos membros do Ministério Público de Contas do Estado de Goiás e dá outras providências.	16/10/2023
RESOLUÇÃO NORMATIVA	9/2023	Dispõe sobre a forma de recebimento das Declarações de Bens e Rendas - DBRs a serem apresentadas pelos agentes públicos estaduais, prevista na Lei Federal nº 8.730, de 10 de novembro de 1993 e revoga a Resolução nº 134, de 20 de janeiro de 1994.	10/10/2023
PORTARIA	2/2023	Designar os servidores Dickson Rodrigues de Souza, Rodrigo do Carmo Forti e Raflesia Maria Pereira da Silva para a realização de Correição junto ao Serviço de Rotinas de Pessoal.	03/10/2023



FICHA TÉCNICA

Produção

Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão

Revisão e Edição

Heloísa Rodrigues de Lima e Alexandre Alfaix de Assis
(*Diretoria de Comunicação*)

Design Gráfico

Anderson de Castro
(*Diretoria de Comunicação*)



